

EM DEFESA (DE QUAL) DA HISTÓRIA? REFLEXÕES SOBRE PÓS-MODERNIDADE E MARXISMO A PARTIR DA ESCRITA DA HISTÓRIA.

IN DEFENSE (OF WHICH) OF THE HISTORY? REFLECTIONS ON POSTMODERNITY AND MARXISM FROM THE WRITING OF HISTORY.

Rafael Terra Dall'Agnol¹

RESUMO

Este artigo consiste basicamente em uma discussão e revisão bibliográficas feitas e motivadas durante a última aula da disciplina de Relações Sociais de Dominação e Resistência - Análise Bibliográfica 1, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A problemática, naquele momento, dizia respeito sobre as diferentes formas de se conceber o conhecimento histórico. Nesse sentido, privilegiei uma reflexão sobre a escrita da história, a partir do debate modernidade/pós-modernidade. Se o início deste artigo parte da leitura realizada da coletânea organizada por Ellen Wood e John Foster, ao longo do texto outros autores foram necessários para que a reflexão se aprofundasse.

Palavras-Chave: História da historiografia; Conhecimento histórico; Escrita da história.

ABSTRACT

This article basically consists of a bibliographical discussion and review made and motivated during the last class of the discipline of Social Relations of Domination and Resistance - Bibliographic Analysis 1, at the Federal University of Rio Grande do Sul. The problematic, at that moment, concerned the different ways of conceiving historical knowledge. In this sense, I favored a reflection on the writing of history, from the modernity / post-modernity debate. If the beginning of this article starts from the reading of the collection organized by Ellen Wood and John Foster, throughout the text, other authors were necessary for the reflection to deepen. Keywords: History of historiography; Historical knowledge; Story writing.

Keywords: History of historiography; Historical knowledge; Writing of history.

I.

Em 1997, John Bellamy Foster e Ellen Wood publicaram a coletânea de ensaios chamada de *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*² com a participação de escritores, tais como Terry Eagleton, Meera Nanda e Frederic Jameson. O título, algo semelhante a um manifesto, traz duas questões intercaladas. A primeira refere-se ao pôr que

¹Mestre em História pela UFRGS, Doutorando em História pela UFRGS.

²WOOD, Ellen, e FOSTER, John. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

do título e, conseqüentemente, qual seria a relação da data de publicação com a necessidade da organização de uma coletânea com esse formato? Defender a história do que exatamente? Essa questão, pois, relaciona-se com o subtítulo da obra. De fato, se a modernidade, em um consenso geral, pode ser relacionada com a Revolução Industrial, com a crença no progresso (crença essa tão criticada por Walter Benjamin em suas teses sobre a História) e com o Iluminismo, com o que poderíamos identificar o pós-modernismo em um primeiro momento? Antes de fazer isso, é necessário um esclarecimento acerca das palavras pós-modernismo e pós-modernidade. Frederic James, em entrevista ao programa Fronteira dos Pensamentos, em 2011, um pouco antes da sua conferência no Brasil, faz a distinção entre essas duas palavras/conceitos. Para ele, por pós-modernismo pode-se entender um estilo artístico e cultural e pós-modernidade enquanto estrutura. Ou seja, há um estilo, que nasceu com a arquitetura e se espalhou para as demais artes que buscava romper com a arte moderna, mas existe uma estrutura que seria uma etapa posterior do capitalismo e essa estrutura implica uma série de mudanças.³ Nesse ensaio, será dada ênfase a palavra/conceito de pós-modernidade.

As últimas décadas do século XX trouxeram um conjunto amplo de transformações vinculadas às mais diferentes esferas da sociedade. Nos últimos 50 anos do século XX, tivemos mais desenvolvimento tecnológico do que todos os outros quase quarenta mil anos da história do *homo sapiens sapiens*. Foi, sem dúvida, à época da técnica. Esse conjunto de inovações também atingiu as várias áreas do pensamento. Uma questão passou a fazer parte da agenda de pensamento de muitos intelectuais: a modernidade teria acabado? Não obstante, Ellen Wood lembra, em *O que é a agenda "pós-moderna"?*, que outras mortes da modernidade já haviam sido anunciadas.⁴ O que esse novo movimento "pós-modernista" teria de novo é o contexto do seu surgimento, isto é, um período caracterizado pela queda do Muro de Berlim, o colapso da União Soviética e a chamada crise das ideologias. Para Wood, contudo, a gênese do movimento possui uma historicidade anterior:

Uma década após as "revoluções" dos anos 60, o surto de grande prosperidade econômica acabou; todavia hoje, num período de estagnação capitalista, sua herança intelectual persiste. Entre seus legados temos mais uma "pós-modernidade". [...] o pós-modernismo atual descende, acima de tudo, da geração de 1960 e dos seus

³ Link para a entrevista: https://www.youtube.com/watch?v=nSNAhib3B_M

⁴ Para sustentar sua argumentação, a autora utiliza como exemplos Oswald Spengler e C. Wright Mills. O primeiro escreveu *A decadência do Ocidente*, no qual afirmara "que a civilização ocidental e seus valores haviam chegado ao fim". Já Mills proclamara: "Estamos no fim do que é denominado A Era Moderna". WOOD, Ellen. *O que é a agenda "pós-moderna"?* IN: WOOD, Ellen; FOSTER, John. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, pp. 7-32.

estudantes. Esse pós-modernismo, portanto, é o produto de uma consciência formada na chamada idade áurea do capitalismo, por mais que possa investir na nova forma do capitalismo (“pós-fordista”, “desorganizada”, “flexível”) da década de 1990.⁵

Para a autora, esse movimento tem como interesse principal preocupações com a linguagem, a cultura e o discurso. Como fazendo parte do último, pode-se lembrar, por exemplo, dos trabalhos de Michel Foucault e sua microfísica do poder. Ainda, em *O que é a agenda pós-moderna?*, encontra-se uma das críticas mais forte à pós-modernidade: um ceticismo epistemológico e um derrotismo político profundos. Quanto ao primeiro, a crítica centra-se na recusa, nos dizeres da autora, por parte dos “adeptos” do movimento da ideia de verdade. Ou seja, “o pós-modernismo implica uma rejeição categórica do conhecimento “totalizante” e de valores “universalistas” – incluindo as concepções ocidentais de “racionalidade”, ideias gerais de igualdade [...] e a concepção marxista de emancipação humana”.⁶ Já no que condiz ao derrotismo político, basta lembrar que esses autores, para Ellen Wood, descendem da geração de 60, por mais que tenha sido uma época de muitas revoluções e questionamentos, foi o prenúncio de uma guinada conservadora nos períodos posteriores.

John Foster, no posfácio da coleção, chamado de *Em defesa da história*, começa seu ensaio com uma citação justamente de Foucault.⁷ Na verdade, ao longo do ensaio, é possível compreender que se trata de uma defesa do materialismo histórico enquanto busca do entendimento da realidade histórico-social concreta e da possibilidade de, a partir dele, ter-se a emancipação humana. Para o autor, ao citar o teórico cultural Dick Hebdige, o pós-modernismo ou pós-modernidade possui três negações fundamentais: contra a totalização; contra a teleologia e contra o utopismo.⁸ Além disso, ele acaba sendo “absorvido” pelo capitalismo, posto que a “ironia do pós-modernismo é que, enquanto alega ter transcendido a modernidade, abandona desde o início toda a esperança de transcender o capitalismo em si e de ingressar em uma era pós-capitalista”. No entanto, em contrapartida, “[...] o materialismo histórico continuará a ser um território intelectual necessário para todos os que procuram não se deleitar no “carnaval” das relações produtivas e do mercado capitalista, mas transcendê-

⁵ *Idem*, pp. 9-10.

⁶ *Idem*, p. 12.

⁷ “É impossível, nos dias atuais, escrever história sem usar toda uma série de conceitos ligados, direta ou indiretamente, ao pensamento de Marx, e sem se situar no horizonte de pensamento que foi por ele definido e descrito. Poderíamos nos perguntar que diferença há, em última análise, entre ser um historiador e ser um marxista”. FOUCAULT apud FOSTER, *Em defesa da história*. IN: WOOD, Ellen; FOSTER, John. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 196.

⁸ *Idem*, p. 197.

los”.⁹ Mas por que também não refletir sobre as possibilidades trazidas pelo movimento, por exemplo, a preocupação com o texto histórico? Há uma dimensão importante a ressaltar na pós-modernidade: a construção de um presente possível. Em outras palavras, a pós-modernidade pode ser caracterizada como uma série de discursos sobre um dado momento de desencantamento, por conta das transformações ocorridas na segunda metade do século XX, da ideia de um futuro garantido. Se o futuro não está mais garantido no horizonte, o que virá está indeterminado, o que implica pensar a participação humana na construção daquilo que está por vir. Hayden White em um de seus textos evoca a pergunta moral de Kant: “O que fazer?” E essa questão é posta aos historiadores e continua válida até hoje. Qual a utilidade do conhecimento histórico em uma época caracterizada pela técnica e em que o segundo anterior já está “petrificado” na condição de passado tamanho é a rapidez das transformações que ocorrem na contemporaneidade.

Ao contrário de Ellen Wood, os autores Valdei Araujo e Marcelo Rangel, em *Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político*, preferem situar o movimento em contextos mais amplos. Para eles, por mais que há certo consenso em situar o conceito de giro linguístico (pós-modernidade) nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, os autores preferem “pensar o giro linguístico como um deslocamento histórico-estrutural mais amplo que pode ser definido em torno da clássica descrição foucaultiana da crise da representação, ou seja, do divórcio progressivo entre as palavras e as coisas que tem no século XVIII seu momento decisivo”.¹⁰ Ainda para explicar essa dissociação entre as palavras e as coisas, aqui é necessário inserir a noção de aceleração do tempo histórico. Koselleck, em *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, caracteriza a modernidade a partir do tensionamento entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. O que resultou disso foi o progressivo encurtamento do espaço de experiência, ou seja, “isso significa que mediante conjunturas maximamente inéditas os homens iam se comportando de forma variada e dinâmica de modo a intensificar e produzir realidades que iam se diferenciando significativamente”.¹¹ Com isso, a crença no passado como definidor da conduta a ser seguida foi deixada paulatinamente para trás. Refletindo sobre essa questão, do ponto vista privilegiado aqui, a partir da escrita da história, é possível elencar um primeiro elemento da pós-modernidade, ou para Valdei e Marcello giro linguístico, a contestação da história como mestra da vida (*magistra vitae*). Como uma

⁹ Idem, p. 205.

¹⁰ RANGEL, Marcelo; ARAUJO, Valdei. *Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político*. Revista História da Historiografia, v. 17, 2015, pp. 318-332.

¹¹ Idem, p. 320.

segunda possibilidade do surgimento do giro linguístico tem-se a chamada crise do “observador de segunda ordem”, isto é, a impossibilidade de produção de enunciados exclusivos sobre a realidade. Disso resulta:

Temos, então, duas condições importantes para a constituição do giro linguístico: uma histórico-estrutural – a aceleração radical do tempo própria da modernidade e o consequente questionamento acerca da serventia da história – e, posteriormente, a segunda, histórico-epistemológica – a tematização do que podemos chamar de impossibilidade de qualquer acesso privilegiado em relação à realidade. Desse modo, o século XX herda essa espécie de desafio epistemológico disponibilizado ao longo do século XIX, o qual foi enfrentado por pelo menos duas tradições distintas, a fenomenológico-hermenêutica e a neo- -historicista (ou pós-moderna). Em outras palavras, podemos dizer que o giro linguístico se constitui (e se intensifica) a partir dessas duas tradições.¹²

Para alguns historiadores, houve um desdobramento do giro linguístico configurando o chamado giro ético-político e nisso a historiografia possuiria uma dimensão fundamental ao intervir e/ou pensar no mundo que é o seu. Ética, como uma reflexão sobre o mundo em que se vive, e política, enquanto uma intervenção mais imediata no mundo, estão na agenda de muitos pensadores contemporâneos como Gumbrecht, François Hartog, Frank Ankersmit etc. Por ora não é objetivo desse ensaio descrever as implicações desse novo movimento. Importa dizer, pois, que a historiografia atual ocupa um papel um importante papel nos debates contemporâneos. É como se diante de uma realidade caótica e pouco confiável voltar-se-ia a questão de Kant: O que fazer?

II.

Como já sugeriu Marc Bloch, as palavras não mudam na mesma velocidade do que os sentidos que damos a elas. Pode-se depreender disso que, para um mesmo conceito, são passíveis de haver diferentes interpretações e significados. Se na primeira parte deste ensaio, partiu-se da coletânea de artigos organizada por Ellen Wood e John Foster para identificar um importante momento de reflexão da história relacionada àquilo que estava acontecendo na sociedade, agora a discussão focará elementos mais teóricos e conceituais sobre a pós-

¹² *Idem*, p. 322.

modernidade. Isso será feito a partir de dois livros – o de Jean-François Lyotard, *O pós-moderno* e David Harvey, *A condição pós-moderna*.¹³

O livro do filósofo francês Lyotard tem por objeto, de acordo com o autor, a posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas. Teria ocorrido a chamada crise dos relatos em que ciência e relatos encontram-se em conflitos. O aspecto paradoxal é que a ciência busca justamente nesses relatos a sua legitimação. Ou seja, a ciência busca a legitimação de um saber com base em metarrelatos. Uma das características do pós-moderno seria justamente a incredulidade em relação aos metarrelatos, posto que “a função da narrativa perde seus atores (*functeurs*), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo”.¹⁴ Ainda na introdução da obra, há espaço para uma crítica à Habermas ao recusar a noção de consenso, proposta pelo pensador alemão, como critério para se julgar o verdadeiro e o justo devido à heterogeneidade que a linguagem comporta.

Qual o estatuto do saber nas sociedades informatizadas? Para Lyotard, há uma mudança do estatuto do saber no mesmo momento em que as sociedades, por ele consideradas as mais desenvolvidas, entram na fase pós-industrial e, por conseguinte, pós-moderna. Vê-se, nesse contexto, a ênfase dada ao predomínio das sociedades informatizadas. E o saber perde seu “valor de uso”, já que “o saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado”.¹⁵ Sendo diferente o estatuto do saber, muda-se também a questão de sua legitimidade. Não obstante, para pensar a questão da legitimidade do saber é necessária sua vinculação com a retomada e a prosperidade capitalista, segundo o autor, devido ao “o impacto que, por um lado, a retomada e a prosperidade capitalista e, por outro lado, o avanço desconcertante das técnicas podem ter sobre o estatuto do saber é perfeitamente compreensível”.¹⁶ Ainda de acordo com François Lyotard:

Pode-se ver neste declínio dos relatos um efeito do desenvolvimento das técnicas e das tecnologias a partir da Segunda Guerra Mundial, que deslocou a ênfase sobre os meios da ação de preferência à ênfase sobre seus fins; ou então o redobramento do capitalismo liberal avançado após seu recuo, sob a proteção do keynesianismo durante os

¹³ LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno. A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. Há ainda uma edição do livro de Lyotard com o mesmo título do livro de Harvey, que não utilizarei aqui por não ter acesso a essa edição. É importante lembrar que o título original do livro de Lyotard é *La condition postmoderne*.

¹⁴ LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno...* op. cit., p. xvi.

¹⁵ *Idem*, p. 5.

¹⁶ *Idem*, p. 69.

anos 1930-1960, renovação que eliminou a alternativa comunista e que valorizou a fruição individual dos bens e serviços.¹⁷

John Foster, em artigo já citado, ao escrever sobre as três grandes negações da pós-modernidade (contra a totalização, contra a teleologia e contra o utopismo), considera, baseado em Hebdige, que a raiz desse movimento pode ser encontrada através da tradição filosófica até Nietzsche. O aspecto predominante aqui é a ideia do niilismo o que leva a pensar na própria negação e compressão da história como uma narrativa do progresso e da emancipação humana. Pois bem, se no século XIX, a história busca consolidar-se como disciplina científica, como ciência, quando se atribuiu a origem da ideia da deslegitimação do saber no XIX, com base no niilismo nietzschiano, como faz Lyotard, em última instância nega-se a própria noção de ciência e, por consequência, a história. Para o autor de *O pós-moderno*, “A ‘crise’ do saber científico, cujos sinais se multiplicam desde o fim do século XIX, não provém de uma proliferação fortuita das ciências, que seria ela mesma o efeito do progresso das técnicas e da expansão do capitalismo”, posto que “ela procede da erosão interna do princípio da legitimação do saber”.¹⁸ A consequência disso no mundo pós-moderno é que:

A própria nostalgia do relato perdido desapareceu para a maioria das pessoas. De forma alguma segue-se a isto que elas estejam destinadas à barbárie. O que as impede disso é que elas sabem que a legitimação não pode vir de outro lugar senão de uma prática de linguagem e de sua intenção comunicacional. Face a qualquer outra crença, a ciência que ironiza (*sourit dans as barbe*) ensinou-lhes a dura sobriedade do realismo.¹⁹

Pode-se dizer que a publicação do livro de Lyotard, em 1979, centra-se no debate em torno da ideia de verdade e principalmente sobre a noção da legitimação do saber ao questionar o próprio estatuto da ciência. Inserido em uma época que caracterizou a chamada ascensão das sociedades pós-industriais, evidentemente que a discussão teórica proposta pelo filósofo francês encontra relação com o mundo, ao menos no Ocidente, no qual ele estava inserido. O impacto do livro aqui, ainda que de forma breve, descrito teve não se limitou somente ao âmbito da reflexão filosófica, atingindo também a historiografia em que serão propostos novos métodos, abordagens e problemas e na qual se observará uma reaproximação com a literatura.

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno...* op. cit., p. 71.

¹⁹ *Idem*, p. 74.

Já em relação ao livro de David Harvey, *A condição pós-moderna*, publicado em 1989, há uma preocupação com o entendimento sobre as origens de uma mudança cultural, iniciada em meados da década de setenta. Essa mudança cultural, para Harvey, estaria vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo. A tese de seu livro centra-se na relação entre “a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de

compressão do tempo-espaço’ na organização do capitalismo”.²⁰ Ao estudar o pós-modernismo como condição histórica e não como um conjunto de ideias, a busca de Harvey é por sua elucidação. Não obstante, para concretizar isso o autor teve de “fazer um levantamento das ideias dominantes e, como o pós-modernismo mostra ser um campo minado de noções conflitantes, o projeto não se revelou de forma alguma fácil de levar a efeito”.²¹ Dividido em quatro partes, *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* trata tanto das transformações culturais quanto das político-econômicas.

Um dos aspectos inovadores da obra de Harvey é pensar a pós-modernidade como condição histórica. Ou seja, utilizando o método dialético, o autor busca confrontar as práticas estéticas, culturais ditas pós-modernas com momentos de expansão, auge e crise do capitalismo, modificando a própria maneira como “sentimos” o tempo e o espaço.

[...] A experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas.²²

Estaria o materialismo dialético em crise? Não. De forma alguma. O que ocorre é a necessidade - e isso alguns autores já haviam percebido - de uma concepção dinâmica e não estática da teoria e do materialismo histórico. Nesse sentido, Harvey elenca, na parte IV de seu livro (*A condição pós-moderna*), quatro itens que deveriam ser incorporados pelos pesquisadores e também, pode-se dizer, pela esquerda para entender as transformações ocorridas na fase de acumulação flexível. Resumidamente, esses itens se referem ao tratamento da diferença e da alteridade como algo que deveria ser fazer presente em toda

²⁰ HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 8.

²¹ *Idem*, p.9.

²² *Idem*, p. 293.

tentativa de apreensão da dialética da mudança social, o reconhecimento de que a produção de imagens e de discursos tem de ser analisadas dentro de toda ordem simbólica, o reconhecimento da importância das dimensões do espaço e do tempo e, por fim, a ideia de que o materialismo histórico-geográfico é um modo de pesquisa aberto e dialético.²³ Viver o tempo que se pensa. Pensar o tempo no qual se vive. Talvez, esse seja o grande desafio deixado pelo livro de Harvey.

III.

Qual o peso da tradição e do passado na tomada de decisões humanas? Romper com o passado e seguir vislumbrando apenas o futuro de forma a esquecer de tudo o que se passou ou agir cuidadosamente tendo o passado como referência? Qual atitude é a correta? Será que há alguma correta? A questão do passado e do papel da tradição possibilita, para o escândalo de alguns, uma aproximação entre dois grandes pensadores do século XIX: Marx e Nietzsche.

“É impossível levar uma vida ativa, com sentido e confiança no futuro, sem a capacidade de esquecer e, no momento oportuno, lembrar. Qual então a utilidade e a desvantagem da história para a vida?”²⁴. Esse é questionamento central de Nietzsche nos *Escritos sobre História*. Para o filósofo, a história só tem sentido à medida que serve à vida. E ela serve a vida sob as formas da monumentalidade, da tradição e da crítica. No que se refere à primeira forma, trata-se dos homens que buscam no passado modelos para a ação, aqui a exemplaridade tem papel fundamental em direção ao futuro, no que tange à forma da tradição, trata-se de perpetuar uma tradição, pois há a crença de que no passado encontra-se algo que deve ser venerado ou conservado e quanto à forma crítica ela aparece justamente como crítica e julgamento em relação ao passado e advém daí mesmo a libertação humana. Ou seja, “o sentido histórico nos três modos como ele se verifica é efetivamente uma necessidade para os homens, mas somente na medida em que este olhar para o passado seja impulsionado por forças e fins que não criem amarras para a ação o presente, nem levantem obstáculos à construção de um futuro que não seja mera repetição”.²⁵ A relação não é de subserviência com o passado e a tradição, e sim de confronto.

No decorrer dos *Escritos sobre História* há ainda uma crítica ao historicismo alemão e à filosofia da história de Hegel. Nietzsche considera o historicismo como uma nova teologia,

²³ *Idem*, pp. 320-1

²⁴ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2005. 360 p

²⁵ *Idem*, p. 21.

devido ao seu otimismo e a crença inabalável no progresso da Ideia. Hegel considerava o Estado moderno um fim advindo da culminação objetiva da história. Em outras palavras, a história culmina objetivamente no Estado moderno. Algo difícil para Nietzsche, que via o Estado como instrumento, meio, e não como fim. Como sugere Noéli Correa de Melo Sobrinho:

Uma das principais críticas levantadas por Nietzsche contra a concepção de história de Hegel e dos hegelianos se devia ao fato de que eles afirmavam que o mundo, a humanidade e a história tinham um fim, e que a aventura do homem no mundo seguia um curso racional de progresso. Em Nietzsche, ao contrário, se existe realmente um progresso, este termo só pode designar uma “transformação”, uma “evolução”, não a caminhada para um fim, mas somente uma caminhada na qual cada ponto é um termo provisório e uma abertura de decisão.²⁶

O valor do passado depende de como cada sociedade avalia seu presente. História e vida intrinsecamente ligadas e conectadas possibilitam a construção de algo novo, diferente do que o passado. Em Nietzsche também se observa a recusa da história como puro conhecimento sem relação alguma com o mundo e com a vida. Ou seja, o conhecimento do e sobre o passado não é algo estéril, mas transformador.

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.²⁷ O passado aqui parece predominar. Como então construir um futuro diferente e, digamos, libertador se “a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”?²⁸ Quem sabe a resposta não está no próprio método. Quer dizer, embora Marx não tenha elaborado, de forma sistemática, sua concepção de história a sua preocupação pelo conhecimento histórico e o método adequado para a compreensão das sociedades. Uma primeira ruptura que se pode ver em Marx com a ciência do seu tempo, essencialmente a burguesa, é o ponto de vista da totalidade. Ao contrário do que muitas vezes se pensa, a análise marxista não pauta o fator econômico como preponderante sobre os demais, mas sim busca o entendimento da sociedade de um ponto de vista da sua totalidade. E da mesma forma que em Nietzsche, o valor atribuído à história

²⁶ *Idem*, p. 24.

²⁷ MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. SP: Martin Claret, 2008, p. 19.

²⁸ *Ibid.*

resulta da possibilidade de transformação da sociedade atual e não é um puro interesse em relação ao conhecimento, basta lembrarmos da já famosas práxis marxista.

Marx parte da vida real “tal como ela é”, dos indivíduos reais, das condições de vida reais e materiais, sendo as forças produtivas a base de toda a história. Em Marx, o homem é o autor da história, mesmo em condições alheias a sua vontade, cujo processo histórico não se daria por desígnio e expressão de uma Ideia. No entanto, seu método também é extremamente complexo por seu caráter abstrativo.²⁹ Já em relação à dialética, Marx parte de Hegel, mas vai além. Em Hegel, os homens agiam, mesmo inconscientemente, como meros instrumentos da ideia do Espírito Universal. Para Marx, o ponto inicial do processo histórico é o mundo material e sua análise deve ser feita de forma histórica, objetiva e acurada.

IV.

Evidentemente que o debate em torno da crise da modernidade e da pós-modernidade ou giro linguístico chegou ao Brasil. O historiador Ciro Flamarion Cardoso foi uns dos principais porta-vozes da defesa da abordagem marxista. No texto, *Uma introdução à história*, já na parte das conclusões o historiador ressalta a importância primordial que se deve ter com o tempo, reiterando a famosa definição de Marc Bloch presente em *Apologia da História*. Para Ciro, é necessário evitar o anacronismo, mesmo quando o foco de análise for a sociedade contemporânea, isto é, “[...] mesmo quando analisa processos estritamente atuais, o historiador o faz com a preocupação de situá-los numa perspectiva de temporalidade [...]”.³⁰ Além disso, o autor reforça o papel do historiador e o seu compromisso perante a sociedade na qual vive, em outras palavras, a sua função social.

É necessário lembrar que os “efeitos” dos debates que estavam sendo realizado tiveram repercussão no Brasil em um momento extremamente delicado para a nossa história: o período final da ditadura civil-militar. Nesse sentido, os historiadores deveriam estar presentes no debate em torno da sociedade que deveria ser construída pós-regime e, conseqüentemente, embora alguns historiadores fossem críticos de um chamado marxismo mecânico, discussões que envolviam palavras como relatividade, fragmentação, ausência de

²⁹ “A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável – aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador”. NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. SP: Expressão Popular, 2011, p. 44.

³⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à história*. SP: Brasiliense, 1986, p. 108.

verdade etc. não eram vistas de forma positiva. Dentro desse debate, o que prevalecia era o compromisso do historiador com a verdade.

O percurso feito até aqui partiu de uma inquietação produzida durante a última aula da disciplina que envolvia discussões em torno da obra de Marx e de autores tais como Lenin e David Harvey. Não obstante, o que me chamou atenção – durante o debate em torno da coletânea organizada por Ellen Wood e John Foster – foram as dificuldades, as mudanças, as transações pelas quais o conhecimento histórico já passou e ainda passa. Quer dizer, a ideia da história como algo “vivo” e dinâmico e não estático e não sendo passível de reformulações. Em 1971, Moses Finley, questionava-se: “Qual é o efeito do estudo da história? Cui Bono? Quem escuta? Por quê? Por que não?”. Refletir sobre a importância da história, implica uma reflexão sobre sua utilidade em uma sociedade, nos dizeres de Zygmunt Bauman, líquida e na qual tudo vira mercadoria, inclusive as relações interpessoais. Atualmente, vive-se uma crise de três dimensões: falta paciência, atenção e persistência. O modelo atual exige dos seres humanos uma força “extra-humana” o que acaba por tornar evidente não o esgotamento do ser, mas do próprio sistema. Os debates ocorridos em torno da crise da modernidade, da ascensão das sociedades pós-industriais, do sentimento derrotista da geração de 60, da escrita da história etc. inserem-se na questão principal que se faz necessária ainda hoje: que tipo de sociedade desejamos?

Os historiadores são chamados a atuar no espaço público. Questionamentos surgem e parece haver muita confusão na tentativa de se esboçar respostas possíveis. Talvez, hoje, o principal objetivo daqueles que lidam com o conhecimento histórico seja o de refletir seriamente sobre a disciplina e responder e corresponder a uma demanda social pelo historiador. Quem sabe a contribuição dada seja de, através do estudo daquilo que se passou, possibilitar *imaginar outros mundos possíveis* não como uma utopia desprovida de reflexão, mas como a possibilidade de imaginar criativamente uma diferente maneira de se viver e de resolução de problemas presentes na sociedade atualmente, em uma espécie de retorno de um concepção de história que ainda não perdeu sua função de *magistra vitae*.

Em 1822, Wilhelm von Humboldt proferiu uma conferência intitulada *Sobre a tarefa do historiador*.³¹ Nesse trabalho, o historiador alemão aproxima as atividades do historiador e do poeta, através do uso da imaginação. A partir do estudo da história, de acordo com o seu pensamento, o homem encontra sentido para a realidade. A imaginação aparece aqui como um importante recurso cognitivo para a apreensão do passado. Humboldt também tinha razão ao

³¹ HUMBOLDT. “Sobre a tarefa do historiador”. In: MARTINS, Estevão de Rezende. *e método na historiografia européia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

A história pensada: teoria

nomear seu texto. Quer dizer, havia o objetivo de reforçar o papel da história enquanto uma disciplina que é construída permanentemente e não como algo, uma realidade dada *a priori*.

Com isso, pode-se concluir que a história pode auxiliar na busca da inteligibilidade necessário para compreender, de uma forma mais aprofundada, o cenário atual. Ao longo do tempo, muitos desafios foram apresentados ao conhecimento histórico. Outros ainda surgirão. Nosso papel é o de absorvê-los e procurar respostas criativas. Imaginar saídas possíveis.